

ALGUNS TRONCOS PAULISTAS DE ORIGEM TERCEIRENSE

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

Resumo: *Apresentação e discussão sobre alguns troncos paulistas, da Ilha Terceira, nos Açores.*

Abstract: *Presentation and discussion on São Paulo's family tree, from Ilha Terceira, Azores.*

Introdução

A propósito de um anúncio em Portugal do lançamento da obra “Genealogias da Ilha Terceira”, de Jorge Forjaz e Antônio Ornelas Mendes, pareceu-me oportuno, a título colaborativo, relacionar alguns antigos troncos paulistas originários da Ilha Terceira. É o que farei a seguir, dispondo-os em capítulos.

Apesar de a Ilha Terceira não ser um centro populoso e ter sido relativamente pequena a sua migração para o Brasil nos séculos XVI e XVII, fica aqui registrada a sua participação na formação do povo paulista.

DOMINGOS MACHADO

De acordo com Pedro Taques (NPHG, II, 6), Domingos Machado, a quem acrescentou o apelido **Jácome** (que parece nunca ter usado), era natural da Ilha Terceira, filho de Pedro Jácome Vieira e de sua mulher Antonia Machado de Toledo; neto paterno de Sebastião Vieira e de sua mulher Joana Jácome; neto materno de Gonçalo de Toledo Machado e de sua mulher Maria Fernandes, *a rica*. E que era casado com Catarina de Barros, de São Paulo. Pedro Taques não fez citação alguma dos documentos que fundamentassem essas informações. O que se sabe, com certeza, é apenas sua naturalidade, seu casamento e descendência. Sua filiação continua desconhecida. Taques pode ter se servido de relatos obtidos de sua relação com os Açores, deduzindo a filiação unicamente pelos nomes e apelidos de família. O próprio conhecimento da alcunha de Maria Fernandes, *a rica*, mostra isso. Muito dificilmente viria da tradição oral, pela anti-

güidade dos fatos. Curiosamente tudo se encaixa, tanto as datas como os nomes. Mas, na ausência de provas, sua ascendência não pode ser aceita.

Consultando o Nobiliário da Ilha Terceira¹, doravante abreviado NIT, Carcavellos, dele consta um Pedro Jácome Vieira (irmão de Brás Vieira que fazia parte do senado angrense em 1533, embora esta última data pareça fora do contexto), casado com Antonia Machado de Toledo (volume II, 442). Ele era filho de Sebastião Vieira, falecido em 1583 e de sua mulher Joana Jácome; neto paterno de João Vieira, o velho, que em 1544 exercia o cargo de juiz ordinário em Angra do Heroísmo, instituidor de um importante vínculo na dita cidade, com capela sob invocação de São João Batista, e de sua primeira mulher Catarina Martins Carneiro; bisneto de Diogo Álvares Vieira, que fundou na Sé Catedral de Angra a capela de Jesus, onde foi sepultado, e de sua mulher Beatriz Anes Camacho, também sepultada na mesma capela. Gonçalo de Toledo Machado (volume II, 419) era filho de Pedro Fernandes de Toledo, segundo marido de Marquesa Gonçalves Machado (volume II, 97), esta filha do português Gonçalo Anes da Fonseca (volume II, 39), também apelidado da *Ribeira Seca*, por ser ali morador, natural de Lagos, no Algarve, cavaleiro fidalgo da Casa d'El-Rei D. Manuel e de sua mulher Mecia de Andrade Machado (volume II, 93), esta filha do Dr. João de Lisboa Machado, regedor das justiças e senhor de muitas terras e de sua mulher Maria de Castro.

Domingos Machado nasceu cerca de 1597, tendo vindo para o Brasil cerca de 1626, estabelecendo-se em São Paulo, onde se casou, cerca de 1627, com Catarina de Barros (NPHG, II, 38; SL, VIII, 151), nascida cerca de 1600 em São Paulo, viúva de Sebastião Coelho Barradas, falecido em 1627, de quem houve geração. Era filha de Jorge de Barros Fajardo e de sua mulher Ana Maciel. Catarina de Barros fez testamento² a 5 de setembro de 1667 na vila de São Paulo, o qual recebeu o “cumpra-se” a 8 de setembro de 1667 na vila de São Paulo, data que pode ser considerada a de seu óbito. Por sua morte se fez auto de inventário a 26 de abril de 1668 na vila de São Paulo, em casas do viúvo Domingos Machado. Seus filhos do segundo matrimônio com Domingos Machado assinavam Machado Jácome, Vieira e um deles portava o nome de Pedro Jácome Vieira. Domingos Machado teve um neto que se habilitou³ de *genere et moribus*, Bento Vieira Barros, ocasião em que Domingos Machado foi qualificado como natural da cidade de Angra, na Ilha Terceira e casado com Catarina de Barros. Por esta via, Bento Vieira tinha por primo um outro Domingos Machado, da

¹ **NIT**- SOARES, Eduardo de Campos de Castro de Azevedo (CARCAVELLOS), *Nobiliário da Ilha Terceira*. 3 volumes, Porto: Fernando Machado & Cia, 1944.

² Inventários e Testamentos, volume 17, pág. 191.

³ ACMSP, processo de nº 1-2-42, ano de 1704.

Companhia de Jesus e um tio de nome Frei Antônio Galhardo, religioso de São Francisco.

Domingos Machado era morador na vila de São Paulo, onde foi tabelião do público, do judicial e notas e escrivão dos órfãos, por provisão⁴ dada a 22 de fevereiro de 1650 pelo Capitão Mor da Capitania de São Vicente Manuel Pereira Lobo. Em 1651 Domingos pediu⁵ o dito ofício, por deixação que fez o Capitão Calixto da Mota. Tendo sido chamado para depor no processo⁶ de habilitação de *genere et moribus* do Padre Antônio de Lima, declarou ser morador na vila de São Paulo havia 35 anos, e nela tabelião do público e notas e escrivão dos órfãos, com aproximadamente 64 anos de idade. Já era falecido no ano de 1673. Era dono de uma letra inconfundível que, embora homogênea, é de difícil leitura e terror dos paleógrafos menos experientes.

Filhos de Domingos Machado e de sua mulher Catarina de Barros, de acordo com o inventário de Catarina de Barros:

- 1) ISABEL VIEIRA casou-se primeira vez, com geração, em abril de 1641 na Sé de São Paulo (fls. 26) com DOMINGOS COUTINHO, filho de Antônio Coutinho e de Francisca Rodrigues. Domingos Coutinho fez testamento em 1º de junho de 1662 na vila de São Paulo, pedindo para seu corpo ser sepultado na tumba da Misericórdia; seu testamento recebeu o “cumpra-se” em 2 de junho seguinte na vila de São Paulo. Por sua morte foi inventariado⁷ em 8 de agosto de 1662 na vila de São Paulo, sendo inventariante a viúva Isabel Vieira. Além de um filho natural (João Coutinho, nascido cerca de 1641), teve três filhos de sua mulher Isabel Vieira: FREI JOSÉ, nascido cerca de 1651, MANUEL VIEIRA BARROS, nascido cerca de 1656 (morador no Rio de Janeiro em 1684) e GREGÓRIO COUTINHO, nascido cerca de 1659 e emancipado em 1682. Isabel Vieira casou-se segunda vez com DOMINGOS DE SOUSA.
- 2) PEDRO JÁCOME VIEIRA, natural de São Paulo, casou-se com MARIA DA SILVA (SL, VIII, 35), filha de Francisco Dias Velho e de Custória Gonçalves. Com geração.
- 3) MANUEL VIEIRA BARROS. Casou-se primeira vez com ANA DIAS (SL, VIII, 35), sua concunhada, filha de Francisco Dias Velho e de Custódia Gonçalves; segunda vez com ISABEL PEDROSO (SL, III, 138), filha de João Leite e de Antônia Gonçalves. Com geração das duas mulheres. Foi um dos fundadores do Recolhimento de Santa Teresa, em São Paulo.

⁴ Registro Geral da Câmara de São Paulo, II, 222.

⁵ Registro Geral da Câmara de São Paulo, II, p. 241.

⁶ ACMSP, processo nº 1-1-10.

⁷ DAESP, nº de ordem 483.

- 4) INÁCIO VIEIRA, casou-se com MARIA RABELO (SL, VIII, 36), filha de Antônio Rebelo e de Ana Dias. Com geração.
- 5) DOMINGOS MACHADO JÁCOME nasceu cerca de 1637, provavelmente em São Paulo, lugar onde certamente se casou cerca de 1658 com MARGARIDA DE OLIVEIRA, batizada a 29 de outubro de 1640 na Sé de São Paulo, filha de Silvestre Ferreira, nascido cerca de 1593, falecido com inventário⁸ corrido no ano de 1668 em São Paulo e de sua mulher (casados cerca de 1625) Paula Fernandes, natural da vila de São Paulo. Domingos e sua mulher transferiram residência para a vila de Santana de Parnaíba, onde ele ainda existia em dezembro de 1712, quando serviu de testemunha⁹. Com geração.
- 6) JOÃO MACHADO JÁCOME, batizado em junho de 1643 na Sé de São Paulo (fls. 18-v), falecido no ano de 1718 em Taubaté. Casou-se com BEATRIZ DE UNHATTE, com geração.
- 7) FRANCISCA VIEIRA casou-se com JOSÉ DIAS. S.m.n.
- 8) FREI ANTÔNIO DA PURIFICAÇÃO, religioso do Patriarca São Francisco.
- 9) CATARINA, batizada a 6 de novembro de 1647 na Sé de São Paulo (fls. 44).
- 10) FRANCISCO, nascido cerca de 1649.
- 11) LUZIA MACHADO, nasceu em São Paulo cerca de 1654. Casou-se, com geração, com o CAPITÃO ANTÔNIO BICUDO LEME (NPHG, III, 173; SL, VI, 298), o “Via Sacra”, nascido cerca de 1638 em São Paulo, viúvo de Francisca Romeiro Velho Cabral, e filho de Brás Esteves Leme e de Margarida Bicudo de Brito. O “Via Sacra”, como era conhecido pelo seu amor que tinha a este santo exercício, foi um dos fundadores da vila de Pindamonhangaba, onde faleceu em 6 de junho de 1716, estando casado terceira vez com Ana Cabral da Silva.

D. SIMÃO DE TOLEDO PIZA

A ascendência do tronco dos Toledos Pizas de São Paulo, D. Simão de Toledo Piza, desperta curiosidade há já algum tempo. Creio que o genealogista Dr. Carlos da Silveira tenha sido o primeiro a discutir o assunto. Embora tenha aceitado integralmente a versão de Pedro Taques em um artigo seu¹⁰, publicado

⁸ DAESP, n° de ordem 487.

⁹ ACMSP, processo n° 1-4-73.

¹⁰ SILVEIRA, Carlos da. *Subsídios Genealógicos*. In Biblioteca Genealógica Brasileira, volume 3. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1942. pp. 43-47.

em 1942, em outro¹¹, publicado em 1973, contesta, baseado em documentos lidos e copiados em Portugal. Inclusive relacionou os irmãos do tronco, com as respectivas datas dos seus batizados.

De acordo com o seu testamento, feito no ano de 1668 na vila de São Paulo, lido e anotado por Pedro Taques¹², já desaparecido à época de Silva Leme, declarou ser natural da cidade de Angra, Ilha Terceira, “filho legítimo e de legítimo matrimônio do Sr. Sargento Mor D. Simão de Toledo Piza e da Sra. D. Gracia da Fonseca Rodovalho, cujas qualidades não declaro, porque, sendo a minha pátria tão perto, quem se importar saber, procure.” Convenhamos, nada comum os termos utilizados pelo testador. E prossegue, ainda segundo a cópia de Pedro Taques: “Idem, declaro que, vindo de Madrid despachado com os alvarás, que se acham na provedoria da Fazenda, por secretos juízos do meu destino, fui preso no castelo, de onde fugi, e vim dar a esta vila de São Paulo, onde casei e sempre cuidei em não me dar a conhecer, consentindo que o morgado, que por parte de minha mãe passava a mim, o tenha desfrutado, e se ache de posse dele meu primo D. Pedro de Lombreiros, cônego da Sé de Angra, cujas cartas estão em no meu contador com todos os mais papéis meus, e de meu pai e irmãos. Meu filho João de Toledo, habilitando-se por meu filho, irá a minha pátria para tomar posse do morgado, que lhe pertence cobrar da Fazenda Real o que consta das provisões que lá se acham em processo, e também a minha legítima materna, que ficou em casas de sobrado.”

Pedro Taques, fazendo menção a uns papéis¹³ que leu com o consentimento de seu amigo o Reverendo Cônego Dr. Antônio de Toledo Lara, relatou que o pai do tronco, de igual nome, no posto de capitão, militou com D. João de Áustria no ano de 1571, na batalha naval de Lepanto contra os turcos, e depois em 1580, contra as pretensões do Sr. D. Antônio, Prior do Crato, que disputava o trono português contra os espanhóis, já na Ilha Terceira, onde teria permanecido e se casado. Finalmente, que a mãe do tronco, Gracia da Fonseca, era filha de Vasco Fernandes Rodovalho, dos Osórios, FONSECAS e ALFAROS.

Repetindo o Dr. Carlos da Silveira, ao se verificar documentos em outras fontes, percebe-se erro na filiação do tronco, bem como nos relatos de Pedro Taques. O que não se sabe e não se pode saber é a quem atribuir esse erro. Erro

¹¹ TOLEDO, Affonso Manuel de. *Origem da Família Toledo Piza de São Paulo*. In *Arquivo Genealógico Brasileiro*, vol. I (e único). São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1973. pp. 32-33. Considerações do Dr. Carlos da Silveira.

¹² NPHG, II, pp. 221-225. Cabe lembrar que Silva Leme o seguiu (SL, V, 445).

¹³ Esses papéis perderam-se por ocasião do terremoto de Lisboa, em 1º de novembro de 1755. Pedro Taques advogava a causa do Dr. Toledo Lara em sua provança de nobreza de sangue.

que também foi seguido¹⁴ por Carcavellos. Em parte, pelo que se pode depreender, ao próprio D. Simão, que pode ter pretendido confundir sua identidade depois do crime de lesa-magestade, como adiante se virá. Quanto ao próprio nome, D. Simão demorou alguns anos para decidir como assinaria. Assim, ao se casar, em 12 de fevereiro de 1640 na Sé de São Paulo (livro 1º, fls. 22-v), identificou-se como Simão da Fonseca. Por ocasião do batizado de seus filhos, realizados na Sé de São Paulo, adotou outros nomes. Assim, no de seu primogênito, Sebastião, em 25 de novembro de 1640 (fls. 2), Simão Castelhana de Piza; no de seu filho João, em 5 de maio de 1642 (fls. 10-v), Simão de Toledo; no de Ana, em 16 de setembro de 1643 (fls. 19), Simão de Toledo Piza.

Há um dado curioso, visto no processo¹⁵ de habilitação ao Santo Ofício de um trineto do tronco, de nome Salvador Corrêa de Toledo, no ano de 1745. Uma testemunha foi ouvida para depor sobre a origem do candidato a familiar; era o Padre Inácio Corrêa (Leite?), da Companhia de Jesus, que afirmou que um parente¹⁶ seu, que com grande curiosidade procurou a origem dos seus ascendentes, que João de Toledo Castelhanos era filho de Simão de Toledo Piza, natural da cidade de Angra da Ilha Terceira, e de Maria Pedroso, sua mulher; neto paterno de João de Toledo Piza e Castelhanos, natural de Madrid e de Gracia da Fonseca Rodovalho, natural da cidade de Angra; neto materno de Sebastião Fernandes Corrêa, natural de Refoios de Ponte de Lima, 1º Provedor Proprietário da Fazenda Real da vila de Santos, e de sua mulher Ana Ribeiro, e que esta notícia alcançara pelos testemunhos que vira.

A mãe do tronco sempre foi tratada por Gracia da Fonseca. A dúvida fica quanto ao nome do pai e qual a razão de haver a dita dúvida. Creio preferível acreditar não apenas na filiação apresentada em seu casamento, mas principalmente nos autos de *genere et moribus* promovidos por seu neto, o Capitão João Vaz Cardoso, que se habilitou¹⁷ ao Santo Ofício. Nesse processo, o tronco D. Simão é declarado filho de D. João de Piza e sua mulher D. Gracia da Fonseca Rodovalho, neto paterno de D. João de Toledo e de D. Ana, oriundos de Castela, neto materno de Vasco Fernandes Rodovalho. Desse processo depreende-se mais que o pai do tronco, D. João de Piza era capitão do presídio castelhano e que de sua mulher Gracia da Fonseca Rodovalho nasceram os seguintes filhos, todos batizados na Santa Sé de Salvador, em Angra:

¹⁴ NIT, volume II, p. 421.

¹⁵ Habilitação ao Santo Ofício, in ANTT, maço nº 2, doc. nº 34.

¹⁶ Não há dúvida de que se trata de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

¹⁷ Habilitação ao Santo Ofício, in ANTT, maço nº 46, doc. nº 918.

1. AURÉLIA (Amélia, segundo o trabalho de Carlos da Silveira), batizada em 24 de julho de 1603. Freira no mosteiro de S. Gonçalo da dita Ilha Terceira;
2. SERAFINA, batizada em 8 de dezembro de 1604. Freira no mesmo mosteiro acima;
3. D. GABRIEL, batizado em 26 de março de 1606;
4. D. INÁCIO, batizado em 29 de novembro de 1610;
5. D. SIMÃO, batizado em 4 de novembro de 1612. Este o tronco que veio para São Paulo.

Batizado de D. Simão de Toledo Piza, lançado às fls. 81 do livro de batizados da Santa Sé do Salvador e trasladado no processo de seu neto o Capitão João Vaz Cardoso:

Em os quatro dias do mês de novembro de seiscentos e doze de nossa licença batizou o Licenciado Manuel Duarte da Mota vigário geral a Simão filho de Dom João de Piza, e de sua mulher Dona Gracia da Fonseca foram padrinhos o Tenente Dom João Pastrana, e Dona Juliana d'Alfaro filha do Capitão Lombreira e por verdade fiz e assinei.

Baltazar Gonçalves Machado.

Recentemente li um artigo na Internet¹⁸, de José Roberto Toledo, o qual traz importantes descobertas, com o auxílio do genealogista açoriano João Ventura. Do que para mim era inédito, transcreveu o assento de casamento dos pais de D. Simão, que segue, o que mostra que Gracia da Fonseca não era filha (seria neta?) de Vasco Fernandes Rodovalho e, em especial, trazendo a novidade de que D. João de Piza, pai do tronco paulista, era natural do México (!). Eis:

“Em os 21 dias do mês de janeiro de 99 anos, em tudo guardada a forma Concílio tridentino recebeu de nossa licença o arcebispo Manuel Gonçalves a Dom João Castelhanos de Piza viúvo filho de João de Toledo Piza e de Dona Ana Castelhanas, sua mulher, naturais das Índias de Nova Espanha, vizinhos de Guaxaca com Dona Gracia da Fonseca, filha de Tomé Gomes e de Gracia da Fonseca já defuntos naturais desta cidade da freguesia da Sé testemunhas presentes Pedro Rodrigues da ..lar (?), Artur de Azevedo, o Cônego João Tavares, o padre Antônio Pereira e por passar na verdade, fiz este, dia, mês e ano ut supra.

Nicolau Cardoso Teles

¹⁸ www.arquivoz.com.br/materia.php?id_materia=14&id_editoria=1
Neste site foi lançado também o batizado de D. Simão. Ambos digitalizados. Fica o convite para o Sr. José Roberto Toledo escrever um artigo para a ASBRAP, trazendo mais informes inéditos sobre seu antepassado D. Simão.

A mulher do tronco, D. Maria Pedroso (SL, VII, p. 191), era natural da vila de São Paulo, filha de Sebastião Fernandes Corrêa e de sua mulher Ana Ribeiro. Por morte de Maria Pedroso fez-se auto de inventário¹⁹ em 1681. Havia feito testamento em 26 de fevereiro do ano anterior.

Assento de casamento²⁰ do tronco, D. Simão, com D. Maria Pedroso:

Simão

Aos 12 dias de fevereiro de 640 eu o padre Manoel Nunes Vigário Confirmado desta vila de S. Paulo havendo precedido os pregões e admoestações na forma do Sagrado Concílio constando ser solteiro dei licença ao Reverendo Padre Frei Bento religioso de Nossa Senhora do Carmo casei a dom Simão da Fonseca filho de dom João de Piza e de sua mulher dona Gracia da Fonseca já defuntos naturais da Ilha Terceira, com dona Maria Pedrosa filha de Sebastião Fernandes Corrêa e de sua mulher Ana Ribeiro moradores nesta villa, testemunhas que ao presente se acharam de Brito Cassão e o Capitão Francisco da Fonseca de que dou fé e fiz este termo e assento.

Manoel Nunes.

D. Simão de Toledo Piza, o tronco, teve vida pública intensa na vila de São Paulo. Além de vereador e de juiz ordinário, foi juiz de órfãos da vila pelo menos até 24 de abril de 1661, em que lhe sucedeu Antônio Raposo da Silveira, a quem o donatário da capitania de São Vicente, D. Álvaro Pires de Castro e Sousa, marquês de Cascaes, fez mercê da provedoria deste ofício, por provisão datada no castelo de São Jorge de Lisboa, no dia 1º de agosto de 1660, e tomou o dito Silveira posse desse ofício, na câmara de São Paulo, em 24 de abril de 1661.

Em 6 de janeiro de 1660, da vila de São Paulo, fez-se registro (RGCSP, II, 543) de uma carta de diligência de Dom Simão de Toledo, morador nesta vila, que ele ganhara provisão do Marquês de Cascaes, sendo Conde de Monsanto, para ser juiz dos órfãos, o qual ofício servia havia 19 anos e que sabia que Antonio Raposo da Silveira, aqui também morador, alcançara o dito ofício sem levar certidão do corregedor desta comarca da qualidade do dito ofício, se estava vago e por falecimento de quem, ordenando que não se desse posse ao dito Antonio Raposo.

Da cidade do Rio de Janeiro, o Governador Geral da Repartição do Sul, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, escrita em abril de 1660, chegada a 10 do

¹⁹ Publicado na Revista da ASBRAP nº 4, pp. 35-58. Leitura paleográfica da Professora Dra. Zélia Galvão de Almeida e D. Ady Siqueira de Noronha, associada da ASBRAP.

²⁰ ACMSP, códice 1-3-15, 1º Livro de casamentos da Sé de São Paulo, fls. 22-v.

mesmo mês na vila de São Paulo, quando se fez traslado (RGCSP, II, 575), solicitava índios de aldeias da vila de São Paulo para alistá-los e mandá-los para tratar de negócios nas minas de Paranaguá e eventualmente outros lugares, sempre a serviço de Sua Magestade. A câmara de São Paulo mandou fixar um quartel (RGCSP, II, 593) nos lugares públicos para que todos que tivessem, em suas casas, índios ou índias das aldeias de Sua Magestade, que os enviassem à vila de São Paulo para serem reconduzidos às suas respectivas aldeias.

D. Simão não obedeceu esta ordem do Governador Geral Salvador Corrêa de Sá e Benevides, pelo menos como este esperava, de acordo com o bando que este senhor mandou publicar a 5 de novembro de 1660 em Santos, na qual vila vinha governando as capitanias do Sul, como segue (RGCSP, II, 593):

... “e vindo eu a esta vila de Santos a passar a de Paranaguá em serviço de Sua Magestade avisando ao capitão mor desta capitania se viesse haver comigo e trouxesse alguns índios das aldeias da vila de São Paulo; tratando de por em execução e os oficiais da câmara a quem também avisei como tive por notícias certas que um morador de São Paulo por nome Dom Simão de Toledo, natural da Ilha Terceira que está exercitando o ofício de juiz dos órfãos, acumulado, com outro morador, por nome Antonio Lopes de Medeiros que está servindo de ouvidor, natural da mesma vila, obrigados por razão de seus cargos, a dar toda ajuda e favor para se conseguir o serviço de Sua Magestade ao que venho, e descobrir as minas destas capitanias, e entabolá-las, o fizeram tanto pelo contrário que é pública voz e fama que andaram pelas casas induzindo os moradores a que fizessem motim, obrigando-os a ir à câmara daquela vila de São Paulo, em número de cinqüenta ou sessenta, sendo esta de mais de três mil homens, e estes que assim obrigaram, uns foram enganados, dizendo que todo o povo ia com estes e outros forasteiros pobres que não podem resistir, obrigando-os aos ditos oficiais da câmara a que fizessem assentos nela, e que não convinha que eu subisse àquela vila, dando por razão que eu sabia a língua e que era muito benquisto,tro, que convinha visto se havia de alterar razões tão sofisticadas que estão mostrando sua má tenção, pois nem minhas obrigações nem idade, pediam que me viesse a fazer principal de índios mormente quando sem moradores era de tão pouco efeito como se deixa ver, e porque a tenção do dito Dom Simão é fundada em o receio de culpas, passadas, e do ouvidor dos procedimentos e missões com que se tem havido no serviço de Sua Magestade digno tudo de grandes castigos, e o excesso do motim, caso de lesa-magestade; Hei por bem e por serviço de Sua Magestade de declarar ao dito ouvidor por suspenso do dito posto e que dentro de um mês, da publicação deste, com caixas pelas ruas, se apresente perante mim para dar sua descarga, e não o fazendo o declaro por inconfidente rebelde, no serviço de Sua Magestade e mando a quaisquer outros ouvidores gerais e outros ministros de Justiça, que vierem a estas capitanias lhe não dêem livramento, sob pena de suspensão de seus cargos e de se ter por nulo tudo o que daí por diante

obram e fique munido para o reter; salvo forem, parecendo, na relação deste Estado, ou na Corte de Lisboa, e lhe nomeio por parte ao procurador da Coroa como vassalo, que contradiz o aumento dela, em que tanto importa, como se considera, do descobrimento das serras em particular de Saberabuçu, e na mesma forma, hei por suspenso ao dito Dom Simão, e com as mesmas obrigações declaradas, em nome de Sua Magestade lhe concedo, o seguro para que dentro do dito mês possam vir dar sua desculpa, e declaro por nulo, e de nenhum vigor tudo o que os ditos ministros obrarem, da publicação deste”.

Desde 1643 servia o ofício de juiz dos órfãos da vila de São Paulo, até cair em desgraça, como se viu acima e ser substituído por Antônio Raposo da Silveira, cavaleiro da Ordem de Santiago, por provisão concedida pelo Donatário e Governador da Capitania de São Vicente D. Álvaro Pires de Castro e Sousa, Marquês de Cascaes, a 15 de agosto de 1660 da cidade de Lisboa e registrada a dita provisão em maio de 1661 na vila de São Paulo (RGCSP, III, 51). Logo depois, a câmara de São Paulo mandou publicar (RGCSP, III, 62), a 5 de junho de 1661, que ninguém comprasse bens de D. Simão de Toledo, sob pena de quinhentos cruzados de multa. Não foi, como alegou Pedro Taques, um crime de desafiar um ouvidor, mas sim o próprio governador geral da Repartição do Sul! Nem tampouco pesou o fato de ser de Castela, como afirmou Taques. Era português, castelhano era seu pai.

Ainda de acordo com Pedro Taques, foi-lhe passada uma certidão pela câmara da vila de São Paulo, a 3 de julho de 1666, com o seguinte teor (estas folhas estão hoje perdidas):

“Os oficiais da câmara, que servimos este presente ano, juizes, vereadores, procuradores do concelho, juntos em vereação certificamos e é verdade que conhecemos a D. Simão de Toledo, natural da cidade de Angra, Ilha Terceira, ser casado nesta vila há melhor de 27 anos, dentro dos quais tem servido todos os honrosos cargos da república, sendo procurador geral destas capitánias, e haver sido 19 anos juiz de órfãos e vereador, e as mais vezes eleito procurador desta vila, descendo dela à de São Vicente a ajustar a finta geral, com dispêndio de sua fazenda. Por sua muita capacidade, prudência e entendimento, foi eleito juiz ordinário, com o qual cargo fez particular serviço a Sua Magestade, ajudando em tudo ao Ouvidor Geral Sebastião Cardoso de Sampaio, tanto em comboiar a ele e aos seus mineiros e aos do cunho real a esta vila, como em prender aos homiziados e mandá-los levar à vila de Santos, ajudando a romper a casa forte, vindo dela a esta vila a enviar mantimentos e munições às justiças, para sujeitarem os criminosos, e no mesmo trabalhando na cobrança do donativo geral, sendo muito zeloso do serviço de Sua Magestade e do bem comum, quieto, pacífico e fora de todas as dissensões que há sucedido, sem nunca se achar nelas, mas antes ser um dos que principalmente tratava acudido com sua pessoa e gente do seu serviço, à sua custa, à vila de Santos, e nas ocasiões que da cidade da Bahia se pediram

mantimentos, ele, além do que de sua casa dava, aplicava aos mais moradores a que fizessem o mesmo, etc.”

“Também no Cartório da Provedoria da Fazenda Real, no livro dos registros das sesmarias nº 9, título 1.638, folhas 106-v, consta que D. Simão de Toledo Piza havia servido a Sua Magestade assim nas armadas, como nos presídios, o que mostrava pelas suas certidões e fés de ofícios e alvarás régios, quando o dito Toledo fez de tudo relação, representando que era morador da vila de São Paulo e casado nela, pedindo de sesmaria uma légua de terra para suas lavouras.”

Filhos de D. Simão de Toledo Piza e de sua mulher D. Maria Pedroso:

- 1) SEBASTIÃO, falecido criança, batizado em novembro de 1640 na Sé de São Paulo (fls. 2). Foi seu padrinho de batismo seu bisavô Sebastião de Freitas.
- 2) JOÃO DE TOLEDO CASTELHANOS (NPHG, II, 225; SL, V, 446) foi batizado em 5 de maio de 1642 na Sé de São Paulo (fls. 10-v). Casou-se, primeira vez, com MARIA DE LARA (SL, IV, 300), filha de Lourenço Castanho Taques e de Maria de Lara. Casou-se, segunda vez, com ANA DO CANTO DE MESQUITA (SL, II, 171), filha do Capitão Antonio do Canto de Mesquita e de Margarida Rodrigues. Com geração das duas mulheres.
- 3) ANA RIBEIRO RODOVALHO (NPHG, II, 237; SL, V, 514), batizada a 16 de setembro de 1643 na Sé de São Paulo (fls. 19). Casou-se com o CAPITÃO JOÃO VAZ DA CUNHA (SL, V, 148), filho de Cristóvão da Cunha de Unhatte e de Mecia Vaz Cardoso, com geração.
- 4) GRÁCIA DA FONSECA RODOVALHO (NPHG, II, 227; SL, V, 507), batizada a 21 de novembro de 1644 na Sé de São Paulo (VER o nº de fls. ...). Casou-se com GASPARD CARDOSO GUTERRES, natural de Lisboa, filho de Luís Nunes Guterres, natural de Lisboa e de sua mulher Maria Miguel da Silveira, natural da cidade de Angra, Ilha Terceira, a qual, segundo Pedro Taques, era tia do Dr. Jorge da Silveira, Vigário Geral e Provisor do Bispado do Rio de Janeiro. Com geração.

Filha natural de D. Simão de Toledo Piza:

- 5) ANA DE TOLEDO. Por sua morte foi inventariada²¹ a 4 de julho de 1681 na vila de São Paulo, em casas de morada de João de Toledo Castelhanos. Foi inventariante o viúvo SALVADOR SUTIL DE OLIVEIRA. Fizera testamento a 8 de maio de 1681, no sítio de João de Toledo (não se declara o local), escrito pelo Pe. Francisco de Almeida Lara, Protonatário Apostólico. Ana de Toledo pediu que fossem seus testamenteiros o marido Salvador Sutil e Jacinto Gomes (marido de Maria Pedroso). Pedia para seu corpo ser sepultado no

²¹ DAESP, nº de ordem 493, série de Inventários e Testamentos não publicados.

Colégio de Santo Inácio, com o hábito de N.S^a do Carmo. Seu testamento recebeu o “cumpra-se” a 14 de maio de 1681 na vila de São Paulo. Não tendo filhos, nomeou herdeiros, a saber Aurélia Cardoso (filha de Grácia da Fonseca Rodovalho), de quinze anos, órfã, e Maria Pedroso, mulher de Jacinto Gomes. Declarou que era legitimada por Sua Alteza.

BELCHIOR DE BORBA GATO e seus sobrinhos
JOÃO DE BORBA GATO e MANUEL PACHECO BORBA

- I- casou-se por volta de 1585 com Pais de:
- 1 (II)- BEATRIZ GATO (da família BORBA), que segue.
 - 2 (II)- CAPITÃO BELCHIOR DE BORBA GATO. Nasceu por volta de 1600. O primeiro, que se conhece, que veio para o Brasil. Já era morador em 1628 na vila de São Paulo, quando foi qualificado como “forasteiro” e assinou por sua futura sogra Elvira Rodrigues, por ocasião do inventário que o Santo Ofício, então em uma Visitação naquele ano em São Paulo, mandou efetuar pela prisão dos bens de seu futuro sogro, Cornélio de Arzão, por ser huguenote. Casou-se cerca de 1632 com ANA RODRIGUES (DE ARZÃO), também denominada ANA TENÓRIO, filha dos já citados Cornélio de Arzão, flamengo, e de sua mulher Elvira Rodrigues, esta filha de Martim Rodrigues Tenório e de sua mulher Susana Rorigues. Em 1639, casado e com filhos, recebeu sesmaria²² no bairro de Santo Amaro, em São Paulo. Por ser uma pessoa que constantemente se dirigia para a vila de Santos, depôs como testemunha²³ como avaliador de umas casas naquela vila em 1º de abril de 1652. Em 1661 já era falecido²⁴.
- II- BEATRIZ GATO casou-se por volta de 1613 com MANUEL PACHECO (da família LINHARES). Consta²⁵ que eram irmãos João de Borba Gato e Ma-

²² Livro I de Sesmarias (publicação oficial da Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo), pp. 363-367.

²³ Inventário e Testamentos (publicação oficial da Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo), volume 10, pp. 55-57.

²⁴ Idem, volume 43, p. 93.

²⁵ Vide árvore de nº 32, das famílias Pontes, Silvas e Carvalhos, da *Nobiliarquia Brasiliense*, de autoria de Roque Luís de Macedo Leme da Câmara. In BNRJ, códice 11,3,5. Publicada em 1938 pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por Affonso de Taunay, na Revista do IHGSP nº 34.

nuel Pacheco Gato, e filhos de Manuel Pacheco e de Beatriz Gato, todos naturais da Ilha Terceira. Não há notícia desse casal ter vindo para o Brasil, mas sim seus filhos que se conhecem, e que são:

- 1 (III)- JOÃO DE BORBA GATO, que segue.
- 2 (III)- MANUEL PACHECO BORBA (ou MANUEL PACHECO GATO). Nasceu cerca de 1622 na Ilha Terceira. Foi morador no bairro e freguesia de Santo Amaro, vila de São Paulo, em cuja freguesia veio a falecer em 18 de agosto de 1692, tendo sido sepultado na capela da Ordem Terceira do Carmo da vila de São Paulo, sendo testamentários seus filhos MARTINHO PAIS (de LINHARES) e ANTÔNIO PACHECO (GATO). Seu inventário foi publicado na série Inventários e Testamentos, volume 25. Em outro inventário desta série, volume 27, p. 499, declarou ter de idade o que o faria nascido em 1622, e que era primo de Baltazar de Borba Gato (este filho de Belchior de Borba, acima). Casou-se cerca de 1652, na vila de São Paulo, com ANA DA VEIGA, filha do capitão João Pais e de Susana Rodrigues, esta filha de Martim Rodrigues Tenório e de sua mulher Susana Rodrigues. Com grande geração.

III- JOÃO DE BORBA GATO nasceu cerca de 1617 na Ilha Terceira. Casou-se cerca de 1647 na vila de São Paulo com SEBASTIANA RODRIGUES, filha do Capitão João Pais e de sua mulher Sebastiana Rodrigues. João de Borba era cego já em 1659 e, por esse motivo, deixou de assinar documentos. Sua mulher Sebastiana Rodrigues fez testamento em 15 de agosto de 1669 em São Paulo, pedindo para seu corpo ser sepultado na cova de seu pai e de sua mãe na igreja matriz da vila de São Paulo (igreja da Sé, hoje catedral); seu testamento recebeu o “cumpra-se” em 19 de dezembro do mesmo ano e seu auto de inventário foi aberto em 8 de março de 1670. Foram pais de, entre outros:

- 1 (IV)- MANUEL DE BORBA GATO, que segue.
- 2 (IV)- PAULINA DE BORBA.
- 3 (IV)- ANA DE LINHARES. Nasceu cerca de 1658 na vila de São Paulo, onde se casou cerca de 16784 com o Capitão ANTÔNIO ÁLVARES MACHADO. Em 1718 ela era moradora em Pitangui, Minas Gerais.

IV- MANUEL DE BORBA GATO nasceu cerca de 1649 na vila de São Paulo, onde se casou cerca de 1673 com MARIA LEITE, filha do célebre bandeirante o Capitão Mor Fernão Dias Pais. Passou para Minas Gerais no início de seu descobrimento e tornou-se opulento. Foram pais de, que se descobriu através de documentos:

- 1 (V)- D. MARIANA LEITE, que segue.
- 2 (V)- D. MARIA LEITE, casou-se com seu concunhado JERÔNIMO TAVARES DE ARRUDA (BOTELHO), batizado em 26 de janeiro de 1684 em Rabo de Peixe, Ilha de São Miguel, filho do Capitão Nicolau da Costa de Arruda e de sua mulher Inês Tavares de Melo. Depois de enriquecerem, os irmãos Jerônimo e Francisco, retornaram à Ilha de São Miguel, onde Jerônimo fez testamento em 2 de abril de 1737 na Ribeira Grande. Com geração.
- 3 (V)- PADRE VITORINO DE BORBA. Sem mais notícias.
- V- D. MARIANA LEITE, nascida cerca de 1674 no bairro de Santo Amaro, mulher de FRANCISCO DE ARRUDA DE SÁ, capitão mor da Ribeira Grande, fidalgo da Casa de Sua Magestade por alvará de 26 de janeiro de 1712, natural do lugar de Calhetas, freguesia de Bom Jesus, Ilha de São Miguel, em qual freguesia foi batizado em 1676, filho do Capitão Nicolau da Costa de Arruda²⁶ e de sua mulher²⁷ Inês Tavares de Melo. Francisco de Arruda fez testamento em 1735 na Ilha de São Miguel, onde Mariana faleceu em 1751. Tiveram, que se descobriu através de documentos:
- 1(VI)- LUÍS DO ROSÁRIO, batizado na vila de Pindamonhangaba. Habilitou-se²⁸ *de genere et moribus* em 1721, juntamente com seus dois irmãos que seguem abaixo.
- 2 (VI)- ANTÔNIO DA CONSOLAÇÃO, batizado na freguesia de Santo Antônio do Bom Retiro, Rio das Velhas, Minas Gerais.
- 3 (VI)- MANUEL DA PIEDADE, também batizado na mesma freguesia de Santo Antônio do Bom Retiro.
- 4 (VI)- D. ANA ÚRSULA BOTELHO DE ARRUDA E SÁ, natural da freguesia de NSa. da Conceição da vila da Ribeira Grande, Ilha de São Miguel. Casou-se com FRANCISCO TAVARES HOMEM DA SILVEIRA E BRUM, natural da mesma freguesia, filho do Capitão Mor Francisco Tavares Homem da Silveira e Brum e de sua mulher D. Bárbara de Mendonça. Pais de, entre outros, de RODRIGO TAVA-

²⁶ Irmão inteiro dos três irmãos troncos da família Arruda Botelho de São Paulo. Nicolau era avô materno de Manuel de Sampaio Pacheco, que também passou para o Brasil, tendo sido capitão mor da vila de Itu.

²⁷ Casados em 22 de novembro de 1658 na freguesia de Rabo de Peixe (livro 1º, fls. 64).

²⁸ Habilitação *de genere et moribus* nº 1-8-116, no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

RES DE BRUM BOTELHO, que se habilitou²⁹ *de genere et moribus* em 1779.

JOÃO DE ABREU

De acordo com seu descendente, o genealogista Pedro Taques³⁰, JOÃO DE ABREU era natural da Ilha Terceira e passou para o Brasil a serviço d'El-Rei para a capitania de São Vicente, onde prestou muitos serviços a sua magestade e ao donatário dela, como homem rico e nobre, com sua pessoa, armas e escravos, acudindo à sua custa todas as guerras tanto no Rio de Janeiro como em São Vicente, desde o ano de 1575. Em Santos, onde foi da governança, recebeu em provisão de 17 de janeiro de 1595, por D. Francisco de Sousa, datada na Bahia, a mercê da serventia do ofício de almoxarife das capitanias de Santo Amaro e de São Vicente, de que tomou posse em 8 de março de 1597 na vila de Santos e lhe tomou juramento Brás Cubas, como provedor da Real Fazenda da dita capitania, da qual era escrivão Atanásio da Mota. Não há qualquer dado sobre sua pátria e filiação. De seu casamento com ISABEL DE PROENÇA VARELA, surgiu o apelido **Simões** de Abreu, que deveria ser dos antepassados de João de Abreu.

FAGUNDES

- I- CAPITÃO ANTÔNIO MARTINS FAGUNDES³¹ casou-se na freguesia de Santa Bárbara das Nove Ribeiras em 15 de junho de 1560 com BÁRBARA DIAS VIEIRA MACHADO, ali nascida cerca de 1540, dos Machados e Vieiras da Ilha Terceira. Foram pais de, entre outros, de:

²⁹ Habilitação *de genere et moribus* nº 1753, no Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana.

³⁰ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica*, III, p. 83.

³¹ COELHO, H. V. Castro, *Título "Fagundes" da Ilha Terceira: alguns descendentes nos Açores e em São Paulo*. In *Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro*. São Paulo: IMESP, 1991, pp. 573-601. NEMÉSIO, Vitorino e NEMÉSIO, Gonçalo. *Uma Família do Ramo Grande Ilha Terceira*. Lisboa/Braga: Barbosa & Xavier, 1994. p. 126. NIT, volume II, p. 29.

- II- CAPITÃO ANTÃO MARTINS FAGUNDES³², batizado em 14 de fevereiro de 1580 na freguesia de Santa Bárbara e ali falecido em 10 de setembro de 1653. Casou-se com CATARINA MARTINS, falecida em 1º de fevereiro de 1666 na mesma freguesia, ambos cristãos-velhos e pessoas nobres, conforme constou no processo *de genere* do seu bisneto o Padre José Machado de Oliveira, em 1710, em São Paulo. Foram pais de, entre outros:
- III- MESTRE DE CAMPO JOÃO MACHADO FAGUNDES, batizado em 31 de dezembro de 1617 na mesma freguesia de Santa Bárbara. Casou-se com MARIA DE CÁRDENAS PRETO (ou DE SOUSA PRETO), filha do Licenciado Manuel Rodrigues Preto e de sua mulher Luiza de Castro. Pais de, entre outros, de:
- IV- CAPITÃO AGOSTINHO MACHADO FAGUNDES, nascido por 1645 na rua do Rego, em Angra, e batizado na freguesia de Santa Luzia, Ilha Terceira. Segundo estudo do Dr. H. V. Castro Coelho, seu descendente, “foi o sucessor da casa de seus pais, e das mercês a ele feitas por Sua Magestade de seu hábito de Cristo em padrão de oitenta mil réis em quatro vidas, assentado no almoxarifado da Ilha Terceira”. Veio para o Brasil, casando-se duas vezes e deixando geração das duas mulheres.

³² H. V. Castro Coelho sugere, em seu trabalho, que ele poderia ser filho do Capitão Antão Martins Fagundes e de sua mulher Bárbara Dias Vieira Machado. Já Gonçalo Nemésio, que afirmou ter “bebido” nas pesquisas de Jorge Forjaz e de António Ornelas Mendes, autores de “Genealogias da Ilha Terceira”, claramente o faz filho do casal acima, mas sem citar fonte documental.